

A LIBERDADE DE IMPRENSA EM JORNAIS DE PAPEL-LIVRO

Luiz Humberto Marcos

Diretor do Museu Nacional da Imprensa

direccao@museudaimprensa.pt

RESUMO

Esta comunicação aborda a importância do papel como veículo dos princípios da liberdade de opinião e expressão. Com base no percurso de dois jornais emblemáticos no quadro da imprensa política – um português, o outro espanhol – mostra-se como, nos primórdios da imprensa liberal, o formato do papel foi importante para a criação da opinião pública. Tanto o Correio Braziliense (1808-1822), como El Conciso (1810-1815) são historicamente periódicos marcantes e indispensáveis à caracterização da ‘imprensa ibérica’ no dealbar do liberalismo.

PALAVRAS-CHAVE

papel-livro, censura, tipografia, liberalismo, imprensa

SUMMARY

This communication addresses the importance of paper as means of diffusion of the principles of freedom of opinion. Based on the trajectory of two emblematic newspapers in the political press - one Portuguese, the other Spanish - it shows how, in the early days of the liberal press, the paper format was important for the creation of public opinion. Both the Correio Braziliense (1808-1822) and El Conciso (1810-1814) are newspapers indispensable to the characterization of the ‘Iberian press’ at the dawn of liberalism.

KEY-WORDS

paper-book, censorship, typography, liberalism, press.

Dois jornais coetâneos e ‘ibéricos’ foram bastiões da liberdade de imprensa na Europa. Falamos de El Conciso e do Correio Braziliense, ambos iniciados na 1ª e 2ª década do Séc. XIX, com uma característica especial: eram impressos em papel-livro, ou seja, tinham ainda a medida habitual dos livros e dos primeiros jornais do Séc. XVIII. Ambos tinham formato de livro: o Correio, com 13 cmX20,5 cm, e El Conciso, com 14cmX21cm. Eram jornais de elite, estavam ainda longe da imprensa de massas, mas

foram fundamentais para mostrar a necessidade da informação e da generalização da notícia. Foram igualmente essenciais para a difusão dos princípios da revolução francesa e, no caso dos jornais abordados, para a denúncia e castigo das ‘tirantias’ provocadas pelas invasões francesas.

Do ponto de vista da produção tipográfica eram subordinados à estrutura produtiva dos livros.

Ambos os periódicos são paginados a uma só coluna, como era vulgar na época, por razões de facilitação tipográfica. As duas e mais colunas irão generalizar-se mais tarde, embora houvesse já no século XVII publicações impressas a duas colunas, caso de *The London Gazette*, em 1680. Nos EUA, em Boston, o *Publick Occurrences*, editava-se em duas colunas, em 1690, tal como *The Boston News-Letter* em 1704. O *The Daily Courant*, o primeiro diário inglês, também saía em 1702 a duas colunas. Nos EUA, em 1722, o ‘*New-England Courant*’, colaborado por Benjamin Franklin, também já se paginava a duas colunas...

Contexto técnico e político

Não sendo objetivo desta comunicação traçar uma história da imprensa e das artes gráficas, tratar-se-á apenas de apresentar alguns dos factos mais significativos da sua evolução, em especial da arte tipográfica, tendo presente que os museus de imprensa são hoje os depositários dessa memória material.

Evolução das ‘artes gráficas’ e da imprensa (jornais) – como sectores de produção - é quase concomitante e pode mesmo dizer-se que um acelera o outro, muitas vezes fundindo-se mesmo em termos de significado atribuído aos respetivos campos: imprensa e tipografia/artes gráficas. A primeira confunde-se com as publicações periódicas, jornais e revistas; a segunda com o sector oficial que produz uma vasta camada de impressos em todo o mundo, desde panfletos clandestinos a folhetos publicitários.

É esta dimensão transversal que faz da arte tipográfica um alvo das atenções políticas e religiosas. O seu grande alcance transformador das consciências e por isso fermento embrionário de revoluções motivou controlos excessivos e perseguições. Desde o ‘invento’ dos caracteres móveis de Gutenberg, foram sempre fortes as resistências que afetaram a evolução da imprensa e que procuraram controlar a sua produção, ou seja o saber que dela emanava.

Em termos globais, poderemos falar de mais de três séculos e meio de “pureza gutenberguiana”. Foi a introdução da máquina a vapor¹ que provocou a primeira grande revolução na “galáxia de Gutenberg” (McLuhan, 1962). A segunda viria com a composição mecânica, baseada no invento do alemão

¹ A primeira máquina mecânica de imprimir surge apenas em 1803, construída pelo alemão Koenig. Mas só em 1811, Friedrich Koenig constrói o seu prelo cilíndrico com uma capacidade de impressão de 3.000 folhas por hora. A partir de então várias descobertas aceleram a quantidade e a qualidade das impressões, transformações que não se refletem de imediato tanto na Península Ibérica como na América Latina. Será necessário esperar pela segunda metade do séc. XIX.

Mergenthaler. No meio deste processo entra a produção do papel que até ao começo do Séc. XVIII que era produzido folha a folha. A máquina de papel contínuo, inventada por Luis Robert, em 1800, estava ainda longe de ser vir a indústria das notícias.

Primórdios

Se recuarmos até ao Séc. XVI, altura em que as primeiras caravelas espanholas e portuguesas levam, no seu bojo, os prelos e os tipos gutenberguianos para as “impressões da fé”, verificamos que a imprensa da caracteres móveis chegou ao México primeiro (c.1539) do que ao Extremo Oriente. Quase 270 anos antes da introdução legal da imprensa no Brasil (maio de 1808), pouco depois de a corte de Lisboa se ter transferido para o Rio de Janeiro, na sequência das “invasões napoleónicas”. Esta é uma história curiosíssima que, por ocasião da celebração do seu bicentenário (2007-2009), foi alvo de diversas manifestações culturais.

Com efeito, a primeira impressão tipográfica além-Atlântico acontece no México, apesar de não ser pacífica e clara quer a data, quer o seu introdutor. Discute-se se terá sido Esteban Martin, Juan Pablos, ou Juan Cromberger². De qualquer forma, a primazia no Novo Mundo cabe ao México³.

Relativamente à *força civilizadora* de Portugal com o embarque da imprensa para o Índico, só acontece cerca de 20 anos depois dos espanhóis terem chegado ao México com os utensílios gutenberguianos. Primeiro em Goa (India, 1557), depois em Macau (China, 1588) e em Nagasaki (Japão, 1590). Mas também Cochim, Vaypicota e Amabacalate foram locais de implantação da tipografia europeia, no decorrer do séc. XVI. Como assinalam Febvre e Martin “os portugueses rapidamente compreenderam a utilidade deste meio de propaganda (a imprensa) nos territórios de África e sobretudo da Ásia”. Para uma melhor apreensão dos tempos e da geografia, vale a pena sublinhar, tal como o fazem aqueles mesmos autores, que o primeiro livro impresso na Rússia data de 1563, que em Constantinopla é de 1727 e que na Grécia será preciso esperar por 1821 para os primeiros prelos funcionarem.

2 in Historia de la imprenta en los antiguos dominios españoles de América y Oceanía. Tomo I, de José Toribio Medina, pode ler-se: “Respecto a que ya en 1539 no se conserve rastro tipográfico de Martín - que en 1538 los tenemos bien manifiestos en la carta de Zumárraga de 9 de Mayo- se explica perfectamente, como se explica también de manera muy sencilla, a nuestro entender, que no se pensase en imprimir en México en el año anterior la Santa Doctrina de Ramírez. Desde luego, su taller debía ser limitadísimo, como que era de un «simple emprendedor», que bien poco caudal podía aportar a México, y eso no sólo por su posición modestísima, sino porque expresamente el chantre y procurador de México solicitaban del Emperador que se le diesen los tributos de un poblezuelo, o con preferencia que se le pagase el flete de su imprenta; y, en seguida, porque, como lo sabemos por la carta ya citada de Zumárraga de 6 de Mayo de 1538, por la carestía que entonces había de papel, que era tal, que no permitía dar a la estampa ninguna de las numerosas obras que allí estaban aparejadas para la imprenta. Existía, pues, taller tipográfico entonces, pero faltaban los elementos necesarios para imprimir. La última de las objeciones de que venimos haciéndonos cargo es la relativa a la posibilidad de que Martín fuese simple empleado de la imprenta de Juan Cromberger en Septiembre de 1539. Juan Pablos, el encargado de fundarla, abrió el taller en México a fines de ese año y aún la primera obra que de él se conoce salió a luz en la fecha indicada.

3 Mais tarde, o México vai ter um papel também pioneiro ao editar o primeiro jornal literário da América Latina, El Diálogo Literário, em 1768 (de 10 de março a 10 de maio, tendo sido proibido a 15 de maio)

Vários anos separam, no séc XVIII, as primeiras publicações do sector saídas em Espanha, Portugal e a América Latina. Muito antes da Gazeta Literária, nascida em 1761, no Porto, surgiram as “Memorias Eruditas para la critica de Arte y Ciencias estraidas de las Actas, Bibliotecas... (1736), o “Diário de los Literatos de España” (1737), ambos da responsabilidade de Juan Martinez de Salafranca. No outro lado do Atlântico, “El Diario Literário de México” terá sido a primeira publicação periódica cultural. Surgiu em 1768 e durou apenas dois meses, porque foi proibido. Curiosamente, de todos estes periódicos, a Gazeta Literária conseguiu ser o mais duradouro: durante um ano teve a tolerância do Senhor Marquês! (Marquês de Pombal, homem todo poderoso do rei D. José.)

A evolução em Portugal

Neste contexto, depois da “exportação de Gutenberg” para o Oriente, nas caravelas portuguesas que traziam as especiarias, os três períodos talvez mais importantes a destacar da história das artes gráficas em Portugal são: o da criação da Impressão Régia (Lisboa) e da Real Officina da Universidade (Coimbra), na 2ª metade do Séc. XVIII, por iniciativa do Marquês de Pombal; o tempo que vai da segunda metade do Séc. XIX (sobretudo depois de 1860) até à primeira década de XX, com grandes mudanças em máquinas e processos de impressão, incluindo a litografia, zincogravura e fotogravura; e a informatização das redações no final da década de 80 do século XX.

A criação de Impressão Régia - depois Imprensa Régia e a seguir Imprensa Nacional – marca a assunção pelo Estado da grande importância da tipografia. Começou a funcionar em março de 1769 e transformou-se numa grande escola de artífices de diversos ramos, já em pleno século XIX.

Apesar deste relevo da “regia officina typografica”, não se pode dizer que Portugal acompanhasse, no começo do Séc. XIX, as principais nações europeias. Apesar do surto de leitores trazido pelo Liberalismo, os meios técnicos não estavam à altura das exigências da imprensa. O primeiro prelo de ferro, por exemplo, só chega à Imprensa Nacional em 1838, quando o inglês Stanhope já o havia inventado em 1795.

Este atraso viria a ser recuperado a partir dos anos 50 do século XIX, tornando a imprensa nacional “um dos primeiros estabelecimentos da Europa, no seu género, do século”. A qualidade dos seus trabalhos foi, de facto, reconhecida além-fronteiras e atestada na recolha de diversas medalhas de ouro e honra nas exposições internacionais de Londres, Paris, Viena, Filadélfia, Rio de Janeiro e também na do Porto, em 1865, no antigo e belo Palácio de Cristal. Na fundição, na gravura e na composição foram alcançados elevados níveis técnicos e artísticos, sendo de destacar a produção de caracteres góticos, árabes, gregos, siríacos, etíopes e hebraicos, alguns dos quais fazem parte, atualmente, do espólio do Museu Nacional da Imprensa.

Por sua vez, a Imprensa da Universidade de Coimbra (criada por iniciativa do Marquês de Pombal, tal como a “impressão régia”), funcionou também como escola, e durante muitos anos, até 1823, foi a única tipografia da cidade, tendo por isso tido um papel essencial na difusão do saber⁴. Foi dos seus prelos que saiu, em 1808, o “Minerva Lusitana”, jornal que enalteceu a nação perante as invasões francesas. Dos muitos livros que imprimiu, destaca-se “O Retrato de Vénus” (1821), de Garrett, obra cuja venda foi proibida, por ordem do “inquisidor geral cardeal da Cunha”.

Livros e jornais confundem-se, em termos de papel e formatos. Até na numeração das páginas: vários jornais vão numerando de forma seguida as páginas de uma para outra edição, até atingirem um volume semestral.

Tanto em Portugal como em Espanha, a produção tipográfica funciona, nesta época, ainda em moldes gutenberguianos: composição manual, impressão em pequenos prelos, longe ainda da impressão mecânica.

Só nos anos 30-40 do Séc. XIX vamos encontrar papel maior e novos formatos, de que são exemplo A Crónica Constitucional do Porto (1832), A Vedeta da Liberdade (1836), A Revolução de Setembro (1840), entre outros periódicos.

Além dos folhetos e das folhas clandestinas, os jornais de papel-livro muito contribuíram para a difusão de ideias e para romper com a opressão e a tirania, característica das sociedades fechadas, sem as liberdades de opinião e expressão.

Em termos políticos, a Europa continental estava dominada por Napoleão Bonaparte. Portugal e Espanha tinham sido invadidos pelas tropas napoleónicas (1807-1814). Havia, pois, um inimigo comum: Napoleão, José Bonaparte, Junot e outros generais franceses.

Perante o invasor francês, muitos portugueses das elites tinham fugido, ou para o Brasil, com o rei, ou para Inglaterra, velha aliada.

A necessidade de juntar esforços contra o invasor vai acentuar a luta pela liberdade de imprensa, fazendo desta um eixo comum que reúne portugueses e espanhóis dominados pelos ‘tiranos’. Com ambas as lutas, pode dizer-se que vai germinar o fenómeno da opinião pública, fruto da influência dos folhetos clandestinos e da imprensa política.

Pioneirismo de Hipólito José da Costa

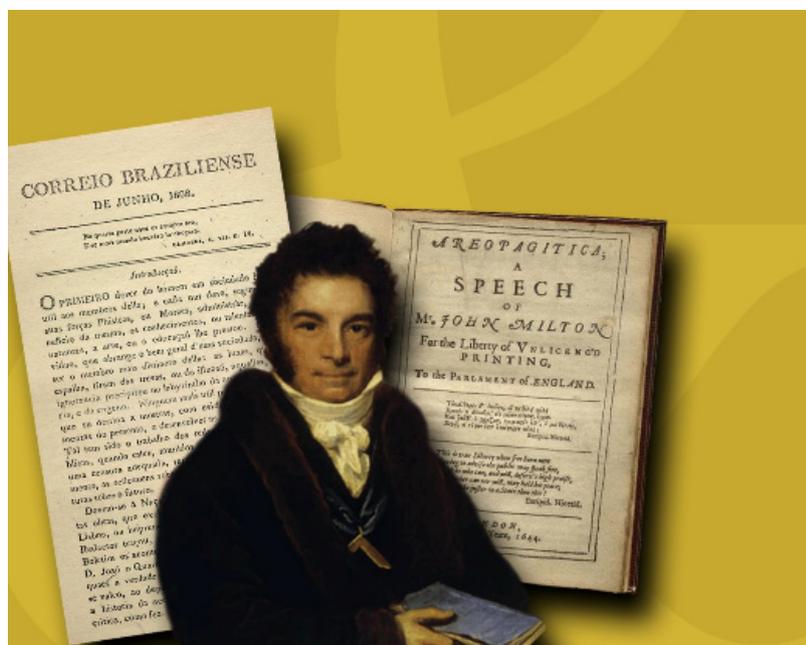
É neste contexto tecnológico e político que surge o projeto Correio Braziliense, ou Armazém Literário.

Hipólito José da Costa (1774-1823) é, juntamente com António Rodrigues Sampaio (1806-1882), uma

⁴ Extinta, em 1934, pelo Presidente do Conselho António Oliveira Salazar, facto que causou grande celeuma pela gravidade da punição política que envolvia, em particular ao seu então diretor Joaquim de Carvalho, a Imprensa da Universidade foi reativada apenas em 1999.

das principais figuras do jornalismo português de sempre. Impuseram-se no Séc. XIX e, apesar dos percursos diferentes, encontram-se nas atividades pioneiras desenvolvidas, em termos de valorização da imprensa, no combate à censura, pela liberdade de imprensa e na defesa da opinião pública emergente.

Fixemo-nos no primeiro, fundador do Correio Braziliense.



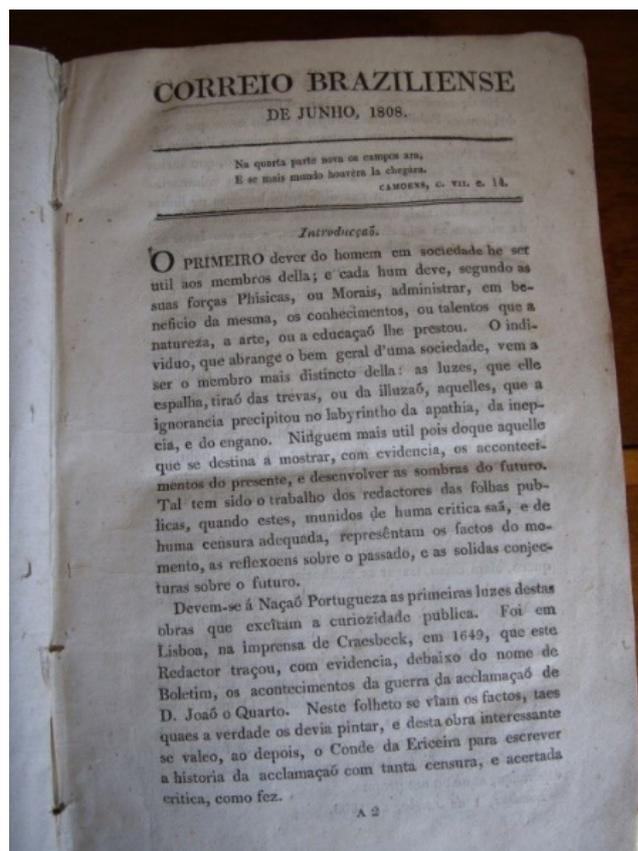
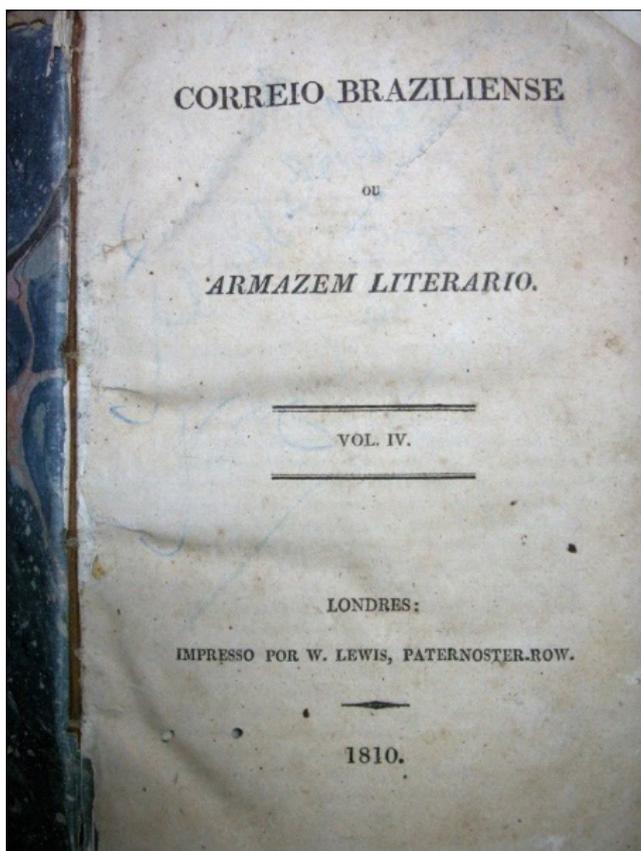
Ao pioneirismo de John Milton, o famoso autor do “Paraíso Perdido”⁵ que fez o primeiro discurso parlamentar contra a censura (Areopagítica, 1644), associa-se o trabalho vanguardista de Hipólito José da Costa⁶, nascido no Brasil, ainda no séc. XVIII, quando o território brasileiro era colónia de Portugal. Hipólito da Costa editou o primeiro jornal brasileiro, a partir de Londres, 1808, depois de ter fugido (1805) dos cárceres da Inquisição portuguesa, em Lisboa.

A história da censura faz-se também pelo reverso, pela história da liberdade. Por isso, o discurso de Milton – Areopagítica (1644), grito forte e rebelde contra o “imprimatur” – ganha maior relevo quando se publica em português, no quadro da repressão existente em 1810.

Arauto da primeira versão em língua portuguesa do famoso libelo de John Milton - “*Areopagítica: a speech for the liberty of unlicenssed printing to the parliament of England*” – Hipólito da Costa foi preso por causa das suas ideias (era maçom) e viu censurado o seu jornal, tanto no Brasil (então sede do reino, por fuga de D. João VI às invasões francesas) como no continente português. Vários exemplares do seu jornal, o “Correio Braziliense”, foram apreendidos e a sua leitura proibida.

5 No final da vida, Milton disse: “Escrevi somente com a convicção de que a rainha Verdade é preferível ao rei Carlos” (alusão ao facto de ter apoiado Cromwell na execução do rei)

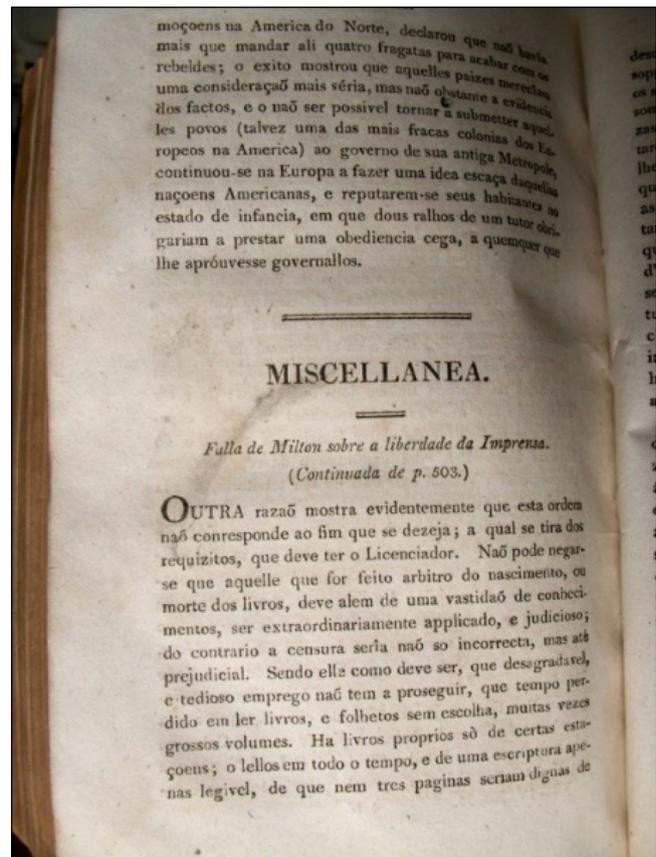
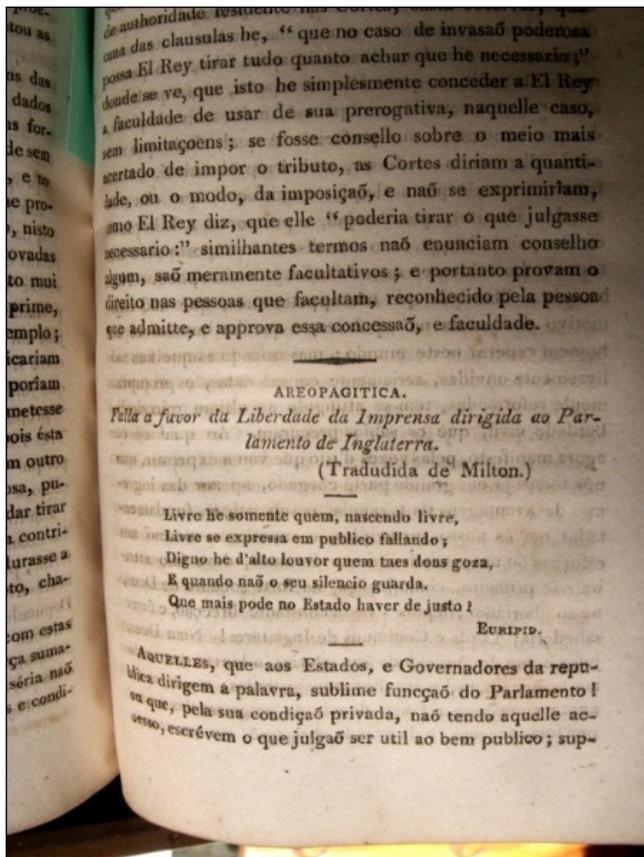
6 Hippolyto José da Costa Pereira Furtado de Mendonça lança o seu jornal a 1 de junho de 1808, pouco tempo depois da chegada da família real ao Rio de Janeiro, na sequência da “fuga por um triz” ao general Junot que comandara as forças de Napoleão.



O editor e redator do Correio Braziliense manifestou-se várias vezes contra a censura. Por exemplo em 1808, considerou-a “um absurdo por si só, capaz de aniquilar inteiramente o génio de uma nação, em tudo o que é produção literária”. Para reforçar a gravidade da situação, Hipólito formula uma hipótese demolidora e com humor negro, a propósito de Newton. Diz que se “o grande Newton” ressuscitasse e quisesse publicar os seus princípios matemáticos em Portugal, a obra seria “mandada rever por alguns desses sábios do Areópago Portuguez que têm na sua mão o poder de dispensar as luzes da Nação”. E adianta o que sucederia: “se o frade a quem a obra fosse distribuída para censura assentasse que as proposições matemáticas, que ele não entendia, deviam, por isso mesmo, ser suprimidas, bem podia o grande Newton tornar a morrer e enterrar-se junto com a sua obra porque Portugal e o Mundo estava sentenciado a ser privado do benefício daquela obra” (Correio Braziliense, Out, 1808).

Milton em português

O texto do “discurso da liberdade” de Milton veio publicado em duas partes, nos nºs 24 e 25 do Correio Braziliense, respetivamente de maio e junho de 1810. A repartição foi feita mais por medida (metade para cada parte!) do que por intelecção do conteúdo e, certamente, subordinada, ao formato e à densidade do texto e muito pouco a critérios jornalísticos.



Areopagítica nas páginas do Correio

A defesa da liberdade constituía a base do trabalho de Hipólito, desde o começo do seu projeto jornalístico. Mas o seu percurso de 14 anos e meio de edição mostra outras singularidades para a época.

Logo no programa do jornal anunciado na abertura do nº 1, Hipólito usa uma noção que em Portugal não só não é corrente, como não creio ter sido escrita e defendida até então. Trata-se da expressão Opinião Pública que serve de referência para a especificação da sua missão. Hipólito fala na 1ª pessoa e diz qual é o seu objetivo: “Longe de imitar só o primeiro despertador da opinião pública (sublinhado nosso) nos factos que excitam a curiosidade dos povos, quero, além disso, traçar as melhorias das ciências, das artes e, numa palavra, de tudo aquilo que pode ser útil à sociedade em geral.”

É com este espírito, reforçado pelos sentimentos de patriotismo, que Hipólito da Costa pretende informar os seus compatriotas brasileiros “sobre os factos políticos, civis e literários da Europa”.

Sobre os propósitos do seu jornal e as características do jornalismo que quer praticar, Hipólito da Costa di-lo-á noutros momentos. Por exemplo, em dezembro de 1808 assinala a sua pretendida matriz de imparcialidade: “O Correio Braziliense tem por fim referir com imparcialidade as memórias do tempo e dar todos os dados possíveis ao leitor para ajuizar das causas dos acontecimentos e quando couber na alçada humana preconizar-lhe as consequências.” Este princípio explanado

a propósito da publicação da carta de um autointitulado “Amante da Verdade”, sem qualquer comentário, surge reforçado com esta declaração: “O Correio Braziliense não é escrito com o fim de tyrannizar as opiniões..., quer sim descobrir a verdade dos factos para informar deles os presentes e transmitti-los aos vindouros” junho, 1808). Hoje qualquer jornalista sério subscreve estes princípios escritos há mais de 200 anos.

Ainda no mesmo número de dezembro, Hipólito releva a marca do seu jornal e o papel do jornalista: “O carácter desta obra é registar aqui os factos importantes do tempo, unindo-lhe os raciocínios do compilador que podem servir para os ilustrar: em geral o jornalista deve ser o censor e não o conselheiro intrrometido dos homens públicos que, sendo pagos com rendas e honras para bem servir o Estado, devem procurar conselheiros sábios e desinteressados que os não enganem”.

Esta posição de autonomia crítica do jornalista é reforçada quando Hipólito da Costa responde a ataques que lhe fazem de Lisboa. O autor, diz a propósito de José Agostinho Macedo, que este é “um eclesiástico que pelo seu ofício se deveria empregar em cuidar da parte prática da moral, é protegido para escrever sobre políticas, defender um partido e advogar a causa da ignorância”, abusos que reprova; ao contrário dele, porque, afirma Hipólito da Costa, “se censuramos o governo por não os remediar”, fazemos “o que está da nossa parte como jornalista”. Reforçando a sua posição em favor do conhecimento, o redator do “Correio” escreve que “a depravação marcha ordinariamente passo a passo com a ignorância pública” (março, 1810). A esta situação contrapõe Hipólito “a virtude pública de Inglaterra, onde há a liberdade de imprensa” (idem).

Lemos ao longo das páginas do “Correio” esta ideia programática: damos a nossa opinião e a dos outros e “o leitor julgue delas... e decida o que lhe parecer”; ou ainda “damos ao público o decidir quem melhor provou o que disse”.

O Correio Braziliense fica na história não só como o primeiro ‘jornal brasileiro’, mas também como o jornal mais duradouro da época – 14 anos e meio! – e como aquele que primeiro apresenta a versão portuguesa do famoso discurso de John Milton⁷. Para um jornal que enfrentou todas as barreiras, censuras, proibições, apreensões e maquinações do poder mais retrógrado, a tradução do discurso de Milton com mais de 160 anos, surge como uma forte bofetada de luva branca em todos aqueles que se opunham à liberdade de imprensa.

O Correio não cuidava só da realidade portuguesa e brasileira, olhava para o mundo e sobretudo para a realidade espanhola, também subordinada ao exército napoleónico.

⁷ A Mesa de Desembargo do Paço, uma das instâncias da Inquisição, etiquetou o Correio Braziliense de “folha perigosa”. Procuraram calá-lo, através de todos os meios, legais e ilegais.

Hipólito da Costa só deu por terminado o seu trabalho jornalístico como defensor da liberdade quando o Brasil conquistou a independência, em Setembro de 1822⁸. O Correio Braziliense termina a 1 de dezembro de 1822, depois de 14 anos e sete meses de edição ininterrupta. Caso raríssimo na imprensa até a primeira metade do Séc. XVIII, designadamente por não ser 'gazeta do governo'. Em 1960, o título foi retomado por Assis Chateaubriand, em Brasília, e ainda vigora.

El Conciso e as Cortes

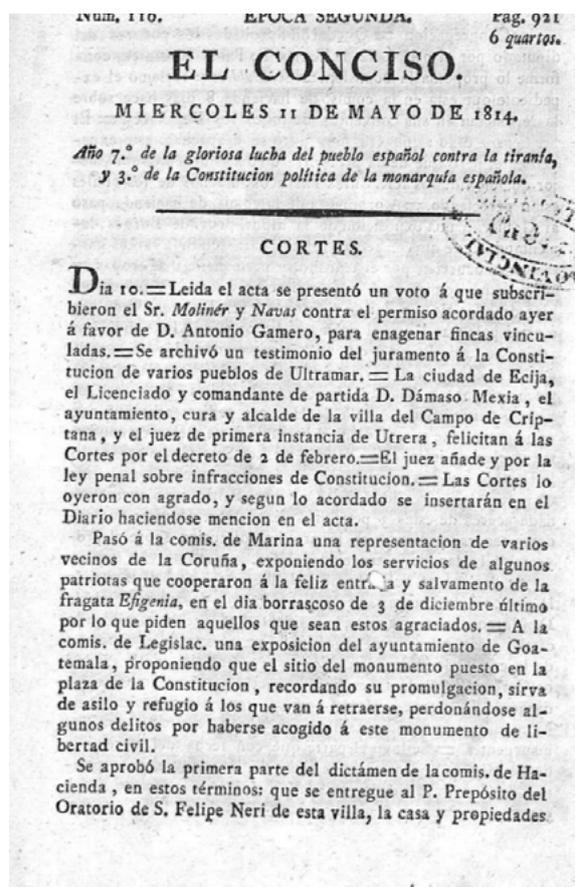
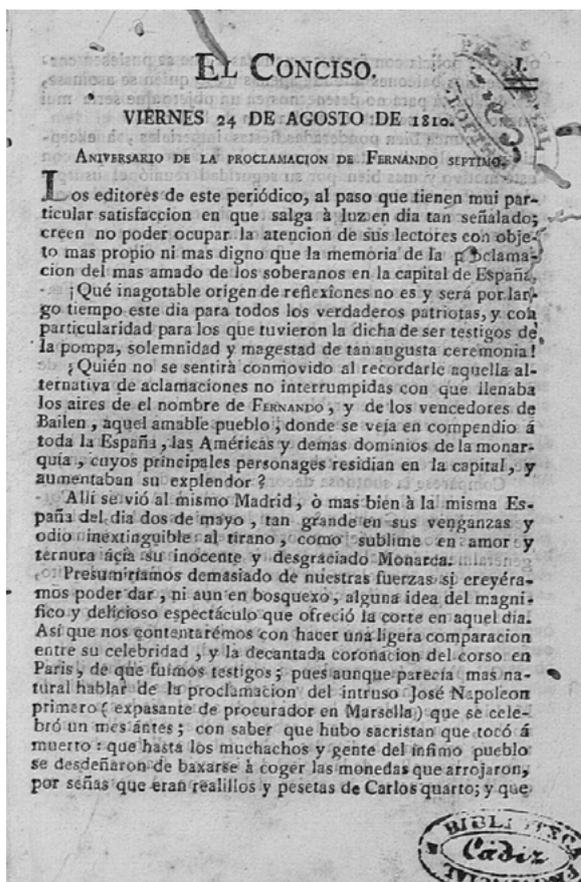
O periódico El Conciso é lançado dois anos depois do Correio Braziliense, precisamente antes das famosas Cortes de Cádiz abrirem portas para o liberalismo europeu.

Em muitas páginas do correio leem-se notícias sobre as tiranias francesas e a resistência espanhola, tal como em El conciso há referências sobre a fase final dos efeitos da presença francesa em Portugal...

Como escreve **Ángel L. Rubio**, "la verdadera revolución periodística estaba por llegar con la convocatoria de Cortes en la ciudad de Cádiz. Allí se gesta el verdadero despertar de la prensa política española que asumirá un protagonismo nunca conocido hasta entonces, convirtiendo a la ciudad en el centro periodístico español por excelencia". É precisamente em Cádiz que germina em agosto de 1810, El Conciso, cujo director - Gaspar María de Ogirando, começa a proclamar a liberdade de expressão, tal como Hipólito da Costa o fizera a partir do nº 1 do Correio, sabendo que ele se destinava essencialmente a Portugal e ao Brasil.

Ao contrário do que acontece com o diretor e fundador do Correio Braziliense (maçon com obra vasta e encarcerado pela Inquisição), o fundador de El conciso, é uma figura desconhecida, cuja biografia é ainda desconhecida para além de indicá-lo como tradutor, e que parece ter emergido repentinamente para o jornalismo político.

8 O "grito do ipiranga", como ficou conhecida a declaração de independência do Brasil relativamente à coroa portuguesa, foi dado a 7 de setembro de 1822 pelo filho do rei D. João VI, nas margens do rio Ipiranga, na atual cidade de S. Paulo.



Apesar disso, El Conciso transforma-se num jornal marcante da luta pela liberdade de imprensa. Mesmo antes de la ser declarada legalmente, em novembro de 1810, El Conciso pratica-a tenazmente. Quer relatando o que se passa nas Cortes que iriam aprovar mais tarde a primeira constituição Liberal da Europa; quer dando conta da repulsa popular em relação aos invasores e à forma como o rei deposto (Fernando VII) se ‘sujeitava’ aos ditames napoleónicos.

Logo no nº 1, o editor de El Conciso escreve que Bonaparte é “o objeto dos sarcasmos de las clases más bajas de la nación que oprime” e apela: “que seamos constantes en la sagrada y heroica lucha en que nos vemos, y es infalible el triunfo”.

Um número extraordinário do Conciso publica a 7 de novembro de 1810 o Decreto da Liberdade de Imprensa, considerando-o o único caminho para se chegar ao conhecimento da opinião pública. Logo no seu 1º artigo, o Decreto afirma: “Todos los cuerpos y personas particulares de qualquiera condición y estado que sean, tienen libertad de escribir, imprimir y publicar sus ideas políticas sin necesidad de licencia, revisión y aprobación alguna anteriores à la publicación, baxo las restricciones y responsabilidades que se expresarán en el presente Decreto”.

CONCISO EXTRAORDINARIO. N. XXXX.

A quator.

MIÉRCOLES 7 DE NOVIEMBRE DE 1810.

CORTES.

Atendiendo las Cortes generales y extraordinarias a que la facultad individual de los ciudadanos de publicar sus pensamientos e ideas políticas, es no solo un freno de la arbitrariedad de los que gobiernan, sino tambien un medio de instruir a la nacion en general, y el único camino para llegar al conocimiento de la verdadera opinion pública; han venido en decretar lo siguiente.

I.

Todos los Cuerpos y personas particulares de qualquiera condicion y estado que sean, tienen libertad de escribir, imprimir y publicar sus ideas políticas sin necesidad de licencia, revision y aprobacion alguna anteriores a la publicacion; baxo las restricciones y responsabilidades que se expresarán en el presente Decreto.

II.

Por tanto quedan abolidos todos los actuales Juzgados de imprentas y la censura de las obras políticas precedente a su impresion.

III.

Los autores e impresores serán responsables respectivamente del abuso de esta libertad.

IV.

Los libelos infamatorios, los escritos calumniosos, los subversivos de las leyes fundamentales de la Monarquía, los licenciosos y contrarios a la decencia pública y buenas costumbres, serán castigados con la pena de la ley y las que aquí se señalarán.

O controlo censório posterior é definido no artigo XIII do Decreto: "Para asegurar la libertad de imprenta y conter al mismo tiempo su abuso, las cortes nombrarán una Junta Suprema de Censura, que deberá residir cerca del Gobierno, compuesta de nueve individuos y a la propuesta de ellos otra semejante en cada capital de Provincia, compuesta de cinco".

Não faltam referências a jornais situacionistas e até expressões caricaturais sobre aquele tempo, como se lê na edição de 16 de outubro de 1810.

Num 'Ojo-Alerta' lançado a 14 de dezembro de 1810, o redator do jornal manifesta-se contra a história circulante de um casamento entre o rei (Fernando VII) e uma irmã de Bonaparte. "Bonaparte cuñado del rey de España? Qué absurdo! El Rey de España pariente por afinidad del opresor de España? Qué escándalo! Unido el lobo carnicero con el inocente cordero? De imaginarlo me horrorizo. Ojo-alerta!"

Apesar da importância de El Conciso, outros jornais em Espanha darão o seu contributo na luta contra as forças invasoras e pela formação da opinião pública. Como diz o historiador Angel Rubio, "la prensa española cumplirá durante los años que median entre 1808 y 1814 la misma función que la francesa

desempeñó en los turbulentos años que siguieron a la revolución. Se convertirá en el principal vehículo de instrucción para los lectores españoles y, en torno a ella, se condensará toda la actividad intelectual con el fin de llegar al ánimo de la nación que ahora despierta y, sobre todo, con el fin de influirla y orientarla”.

Registe-se que foi nas páginas de El Conciso que saiu a primeira lei da liberdade de imprensa da península ibérica. Em Portugal ter-se-á de esperar uma dúzia de anos para que se registre facto idêntico.

Considerações finais

Ambos os jornais foram, na época os que melhor expressaram a luta pela liberdade de imprensa. Um parou em 1815, por imposição real (D. Fernando VII) através da Inquisição, restabelecida após a saída do ‘invasor francês’; o outro continuou até à consolidação de um dos seus objetivos - a independência do Brasil, registada em setembro – em dezembro de 1822.

El Conciso foi um farol da liberdade em tempos de escuridão.

O Correio Braziliense fica para história como o jornal-livro mais duradouro de quantos foram a expressão dos sentimentos de liberdade da Península Ibérica.

O Correio Braziliense e El Conciso são dois estandartes da imprensa liberal ibérica. Ambos constituem exemplos da luta de jornalistas especiais pelas causas da liberdade, mesmo em terreno minado e cheio de ameaças. Ambos dignificam o jornalismo feito lentamente, ao ritmo do papel-livro.

Porto, 15.04.2017

BIBLIOGRAFIA

Alcoba, António (1996). *História de la tecnología de la Información Impresa (1. Del arte Parietal al Arte Tipográfico)*. Fragua, Madrid.

Aparicio, Pedro Gómez (1967). *Historia del Periodismo Español -desde la ‘Gaceta de Madrid’ (1661) hasta el Destronamiento de Isabel II*. Editora Nacional, Madrid

El Conciso:

http://prensahistorica.mcu.es/es/publicaciones/numeros_por_mes.cmd?anyo=1810&idPublicacion=3626

Gürther, André (2005). *Historia del periódico y su evolución tipográfica*. Campgràfic, Valencia.

Herculano, Alexandre (1975). *História da Origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Liv

Bertrand, Lisboa, 3 vols (edição original de 1864, 1867 e 1872).

<http://hemerotecadigital.bne.es>

Jornal "Correio Braziliense ou Armazem Literário" (Londres). Dir. Hipolito José da Costa. Vol. I e IV, 1808 e 1810

Mansfield, F. J. (1936). *The Complete Journalist*, Sir Isaac Pitman & Sons, Ltd, London

Marcos, Luís H (2009). *Tecnologías, poder y cultura: El salto digital de los museos de imprenta en el espacio ibero-americano*, ed policopiada, Porto (tesis doctoral)

Marcos, Luís H. (1999). *História da Censura em Portugal, contributos para uma cronologia (dos tempos da Inquisição até 1974)*, in Marcos, Luís H. e Ferreira, Rui Assis - *Imprensa, Censura e Liberdade*, 5 Séculos de História, Porto, ICS e MNI.

Marques, A. H. de Oliveira (1973). *História de Portugal*. Palas Editores, Lisboa, vol. I e II.

Medina, José Toribio (1958). *Historia de la imprenta en los antiguos dominios españoles de América y Oceanía*. Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, Santiago de Chile, tomo I y II

Nep, Victor (1977). *Historia Gráfica del Libro y de la Imprenta*. Ed. Victor Leru, Buenos Aires

Pizzetta, J. (s.d). *Historia de un pliego de papel*. Imprenta de Gaspar y Roig, Madrid

Ramos, Luís A. de Oliveira (1979). *Da Ilustração ao Liberalismo*. Lello & Irmão Editores, Porto.

Rubio, Ángel L (2012) – Las Cortes y el renacimiento del periodismo español (in <http://www.elmundo.es/especiales/2009/07/espana/constitucion/actualidad/reportajes/periodismo.html>)

Ruiz, Nilás González (1996) (dir.). *Enciclopedia del Periodismo*. Editorial Moguer, Barcelona-Madrid.

Tengarrinha, José (1965). *A História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa, Portugália Editora

Tengarrinha, José (1993). *Da Liberdade Mitificada à Liberdade Subvertida*. Colibri, Lisboa